



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

**PETIÇÃO Nº** 10.064/DF – ELETRÔNICO  
**RELATOR** : **MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO**  
**REQUERENTE** : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**REQUERIDOS** : **JAIR MESSIAS BOLSONARO e outros**  
**PARECER** **PGR-(GT CPI-COVID)- Nº 398131/2022**

Excelentíssimo Senhor Ministro Relator,

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pela Vice-Procuradora-Geral da República, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, em atenção ao despacho exarado em 13 de julho de 2022, vem, perante Vossa Excelência, manifestar-se acerca do pedido de prorrogação de prazo formulado pela autoridade policial.

Trata-se de petição autuada a partir das conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI da Pandemia) quanto à prática de incitação ao crime (artigo 286 do Código Penal<sup>1</sup>), cometida, em tese, pelas seguintes autoridades com foro no Supremo Tribunal Federal: a) Jair Messias Bolsonaro;

<sup>1</sup>

Art. 286 - Incitar, publicamente, a prática de crime:  
Pena - detenção, de três a seis meses, ou multa.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

b) Onyx Dornelles Lorenzoni; c) Flávio Nantes Bolsonaro; d) Ricardo José Magalhães Barros; e) Eduardo Nantes Bolsonaro; f) Osmar Gasparini Terra; g) Beatriz Kicis Torrents de Sordi; h) Carla Zambelli Salgado de Oliveira; i) Carlos Roberto Coelho de Mattos Júnior.

No último curso instrutório, a Polícia Federal pugnou pela prorrogação de prazo para cumprimento de diligência determinada, nos seguintes termos:

(...) Em referência ao teor do despacho nº 1780715/2022 (fls. 474-475), onde expomos o planejamento dos trabalhos conforme determinação do Ministro Relator, em 01/06/2022 (fl. 483) oficiamos ao Presidente do Senado Federal para franquear o acesso de todo acervo digital probatório reunido pela CPI da Pandemia a Peritos de Polícia Federal designados com o fim de atender a decisão judicial e garantir a cadeia de custódia das provas (fls. 476 e 479-480). O recebimento foi confirmado em 08/06/2022, porém, até o momento, não obtivemos resposta.

Ademais, o prazo regimental para cumprimento da diligência atingiu seu termo final.

1. Encaminhe-se ao Exmo. Ministro do STF Luís Roberto Barroso a quem solicito a expedição de ofício ao Presidente do Senado Federal para que seja franqueado o acesso de todo acervo digital probatório reunido pela CPI da Pandemia e Peritos de Polícia Federal designados pela autoridade policial signatária com o fim de atender a decisão judicial que determinou a sistematização dos elementos indiciários com a conclusão do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, além de garantir a cadeia de custódia de provas (...).



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

Nesse contexto, avulta destacar que a diligência de sistematizar a documentação apresentada pela CPI da Pandemia, averiguando a questão da cadeia de custódia das provas, é relevante para subsidiar a análise e deliberação pela Procuradoria-Geral da República.

Ante o exposto, o Ministério Público Federal manifesta-se favoravelmente à prorrogação do prazo por 90 (noventa) dias, para o cumprimento da referida diligência, bem como pela reiteração judicial dos Ofícios nº 1818696/2022 – CINQ/CGRC/DICOR/PF (fl.476) e nº 77/2022/ASS/GAB/PF (fl.479).

*Brasília, data da assinatura digital.*

***Lindôra Maria Araujo***  
Vice-Procuradora-Geral da República  
Procuradora-Geral da República em exercício  
*Assinado digitalmente*

[LMA/RFC]